

10/09/2018 - 05:00

Crise de ideias

Por **David Kupfer**



Em mais alguns dias a irrupção da grande crise financeira mundial que sucedeu a quebra da corretora americana Lehman Brothers estará completando dez anos. Porém, mídia, academia e profissionais da economia parecem estar dando menos importância ao 15 de setembro de 2008 do que se poderia imaginar. Porque esse tema não está na ordem do dia da discussão econômica?

Já foi mapeado pelo debate internacional que, diversamente da grande depressão de 1930, que provocou uma revolução no pensamento teórico em economia, especialmente com o surgimento do keynesianismo, o crash de 2008 não motivou nada comparável. A razão para isso não parece difícil de apontar. Mascarou-se como um problema de origem regulatória algo que era essencialmente macroeconômico. E regulações são mais abstratas, têm lógica mais opaca e atuam de forma mais invisível do que medidas monetárias e fiscais. Sem avanços teóricos, a crise foi enfrentada nos países avançados sob os contornos de um embate já estabelecido há décadas entre os economistas das escolas novo-clássica e novo-keynesiana sobre a defesa da austeridade fiscal, para os primeiros, e do gasto público, para os segundos, como meio mais eficaz de saída da crise. Com esse equipamento teórico foi possível evitar que a recessão, inicialmente, se aprofundasse e, depois, se prolongasse, afastando o fantasma da repetição da trajetória da Grande Depressão. Não se conseguiu, contudo, retomar sequer o dinamismo pré-crise, o que pode ser sugestivo de que novas visões e reflexões sobre o processo econômico podem estar fazendo falta.

No Brasil, a história é outra. A crise internacional de 2008 pegou a economia brasileira no contrapé. O país atravessava um promissor período de expansão, que foi virtualmente abortado. A economia apresentava-se robusta, com um nível de reservas, para dizer o mínimo, exuberante, contas públicas em relativa ordem, inflação sob controle e um portfólio de projetos de investimento em energia e transporte (pré-sal, etanol, geração elétrica, PAC) em vias de deslanchar. Não se pode esquecer que muito raramente, se é que tenha havido algum precedente desde o pós-II guerra, houve condições objetivas tão favoráveis para a realização de políticas anticíclicas no país.

Mascarou-se como um problema de origem regulatória algo que era essencialmente macroeconômico

Embora com alguma demora, o governo acertadamente disparou um conjunto de medidas para reaquecer a economia voltadas para a sustentação da demanda interna, como desonerações tributárias sobre bens duráveis e de capital e o aumento dos gastos correntes e do investimento públicos em obras de infraestrutura e em programas de construção habitacional e, ainda, um maior ativismo dos bancos públicos na concessão de empréstimos, melhorando as condições de liquidez da economia.

O rápido sucesso dessas medidas, que possibilitou a saída da crise em prazo curto, inferior a um ano, deveu-se à existência de um estoque de investimentos públicos e privados em pipeline ou já em execução e que haviam sido suspensos ou adiados em vista da profundidade da crise. Mas o arsenal de medidas adotadas jamais teria fôlego para motivar decisões de novos investimentos, pois esses requeriam mudanças de fundo não contempladas nas políticas implementadas. Digerido o estoque de projetos de investimento já decididos, caiu-se em uma situação paradoxal: prosseguir com essas políticas anticíclicas na arquitetura de um modelo de estabilização tão procíclico como o do tripé macroeconômico adotado pelo país. Evidentemente, mais cedo ou mais tarde, a corda iria arrebentar. E lamentavelmente arrebentou para os dois lados. O resultado é que, dez anos após, o país está em recessão, sem demonstrar qualquer capacidade de ação macroeconômica para a sua superação. O Brasil fez o caminho inverso dos países avançados: impediu que a crise se prolongasse (saída em V) mas acabou não conseguindo evitar que ela finalmente viesse a se aprofundar.

Claro que é incorreto associar o quadro atual de recessão no Brasil à grande crise mundial de 10 anos atrás. Mas não há como não reconhecer que, indiretamente foi o crash mundial que retirou a economia brasileira da zona de conforto e a expôs a uma enorme incapacidade de formulação de uma diretriz de política econômica com real capacidade de reestruturá-la e reposicioná-la para enfrentar os novos desafios pós-crise.

Foram os sucessivos erros de política econômica enfileirados de 2009 para cá que armaram esse imobilismo. Veja-se os exemplos da gestão fiscal praticada no país. Primeiro, ao longo dos anos foram se acumulando incentivos e desonerações fiscais que reduziram as receitas tributárias. Depois, fez-se a PEC do Teto dos Gastos, que congela o orçamento real por vinte anos. Embora medidas de grande alcance, foram editadas muito mais no vácuo do sistema político do que como parte de qualquer verdadeiro projeto de reforma fiscal.

Já há uma nítida percepção de que todo esse arcabouço fiscal recente que se ergueu no Brasil é irracional, insustentável, e terá que ser desfeito. No embate brasileiro, porém, ajuste fiscal para uns ou expansão do gasto público para outros tornaram-se um fim em si mesmo, verdadeiros tabus que não podem ser questionados. Em meio a uma enorme crise econômica, política, institucional, a maior crise no Brasil atual é de ideias.

Uma nota sobre o trágico incêndio no Museu Nacional: Quis a sabedoria popular batizar de "engenheiros de obras feitas" as pessoas que aparecem para capitalizar em seu nome iniciativas que deram certo para as quais não aportaram qualquer contribuição. Mas pior são os engenheiros de obras desfeitas. Esses são os que aparecem após as grandes tragédias como arautos das prioridades que nunca atribuíram, ditando regras que nunca seguiram, cobrando dos demais atitudes que nunca tomaram, etc, etc, etc. O fogo que reduziu a cinzas parte tão significativa da memória nacional foi aceso por todos que participaram da construção desse nefasto modelo fiscal brasileiro, o que certamente inclui muitos desses "engenheiros".

David Kupfer é diretor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br. As opiniões aqui expressas são do autor e não da instituição.